

Sumário

Nota Preliminar	9
Abreviaturas	11
Capítulo I – Introdução	19
1.1. Advertência inicial ao leitor: uma questão de nomenclatura	19
1.2. Considerações gerais	20
1.3. Plano de estudo	29
Capítulo II – Fundamentos dos deveres instrumentais em matéria tributária	33
2.1. Apontamentos sobre a relação jurídica tributária	33
2.1.1. A relativa independência dos deveres instrumentais em relação à obrigação principal	35
2.2. Fundamentos constitucionais dos deveres instrumentais	37
2.3. As normas gerais de direito tributário e os deveres instrumentais	40
2.4. A delimitação dos deveres instrumentais no Código Tributário Nacional: a dicotomia entre obrigação principal e “acessória”	42
2.4.1. Juros e deveres instrumentais	44
2.4.2. Retenção na fonte, substituição tributária e os deveres instrumentais	46
2.4.3. Demais hipóteses de responsabilidade tributária e deveres instrumentais	49
Capítulo III – Deveres instrumentais tributários no direito comparado	51
3.1. Relevância do estudo do direito comparado para o tema	51
3.2. Deveres instrumentais na Alemanha	52
3.3. Deveres instrumentais na Espanha	55

3.4. Deveres instrumentais em Portugal	60
3.5. Deveres instrumentais na Itália	63
3.6. Deveres instrumentais na Argentina	65
3.7. Deveres instrumentais nos Estados Unidos da América	67
3.8. Deveres instrumentais no Reino Unido	70
3.9. Síntese dos deveres instrumentais no direito comparado	72
Capítulo IV – Natureza e regime jurídico dos deveres instrumentais	75
4.1. Natureza jurídica	75
4.1.1. Deveres instrumentais como deveres de contorno	77
4.1.2. Deveres instrumentais como categoria positiva de obrigação	79
4.1.3. Deveres instrumentais como deveres administrativos	81
4.1.4. Acepção adotada neste estudo	85
4.2. Princípios informadores dos deveres instrumentais tributários	87
4.2.1. Princípio da Legalidade	92
4.2.2. Princípio da Isonomia	99
4.2.3. Princípios da Ordem Econômica: Livre Concorrência e Livre Iniciativa	103
4.2.4. Princípio da eficiência e da simplicidade	112
4.2.5. Princípio da Praticabilidade	115
4.2.6. Princípio da Transparência	116
4.2.7. Princípio da Cooperação	119
4.2.8. Princípio da Capacidade de Colaboração	125
4.2.9. O “Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular”: críticas e sua inaplicabilidade	128
4.3. O fato gerador dos deveres instrumentais tributários	131
4.3.1. A questão da existência de um fato gerador para os deveres instrumentais	131
4.3.2. Deveres instrumentais no tempo	134
4.3.3. Deveres instrumentais no espaço	136

4.3.3.1. Efeitos extraterritoriais dos deveres instrumentais e proteção dos contribuintes	140
4.3.4. Sujeição ativa e passiva nos deveres instrumentais	145
Capítulo V – O limite geral para exigência de deveres instrumentais: o art. 113, § 2º, do Código Tributário Nacional	151
5.1. A força das regras	151
5.2. Conteúdo normativo	153
5.3. Interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos	156
5.3.1. “Interesse”: acepções e alcance semântico	159
5.3.2. Função justificadora	166
5.3.3. Função delimitadora	173
5.3.3.1. Dever instrumental <i>versus</i> tributo declarado inconstitucional na jurisprudência do STJ	178
5.3.4. Função controladora	181
5.3.4.1. O exame da proporcionalidade como controle estatal	183
5.3.4.2. Implicações sobre os deveres instrumentais instituídos	185
5.3.5. Síntese do interesse da arrecadação ou da fiscalização e os limites impositivos aos deveres instrumentais tributários	191
Capítulo VI – Garantias da administração tributária e os limites específicos à exigência de deveres instrumentais no CTN	195
6.1. Os limites aos deveres instrumentais no CTN e na lei	195
6.2. Limites específicos à exigência de deveres instrumentais consistentes em prestações positivas	196
6.2.1. Obrigação de manter e apresentar livros e documentos fiscais	196
6.2.2. Obrigação de guarda e conservação de documentos fiscais por tempo determinado	201
6.2.3. Obrigação de prover informações de terceiros	204

6.3. Limites específicos à exigência de prestações negativas e à fiscalização tributária	206
6.3.1. Escopo subjetivo da fiscalização tributária	206
6.3.2. Dever de formalização do procedimento fiscal	209
6.3.3. Dever de sigilo das informações fiscais dos contribuintes.....	211
6.4. Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no direito tributário	216
6.4.1. Direitos dos contribuintes titulares dos dados	218
6.4.2. Deveres do contribuinte em relação ao tratamento de dados pessoais.....	221
6.4.3. Deveres da Administração Tributária em relação ao tratamento de dados pessoais	223
6.4.4. Compartilhamento de dados pessoais pelas Administrações Tributárias	225
6.4.5. Sanções impostas pelo descumprimento da LGPD	227
6.4.6. Os impactos da Lei nº 13.709/18 na formulação de políticas fiscais.....	228
Capítulo VII – Custos de conformidade e a informatização fiscal	231
7.1. Os custos de conformidade como dados juridicamente relevantes no regime jurídico dos deveres instrumentais tributários	231
7.2. Informatização fiscal: o papel da tecnologia na relação Fisco-contribuinte	236
7.3. Os novos horizontes para as limitações à instituição de deveres instrumentais em decorrência da informatização fiscal	241
Capítulo VIII – O Sistema Público de Escrituração Digital – SPED: uma aproximação necessária	247
8.1. O Sistema Público de Escrituração Digital – SPED	247
8.1.1. O projeto SPED e a transição entre o analógico e o digital.....	247
8.1.2. Estrutura do SPED: módulos, blocos e registros	248
8.2. Nota Fiscal eletrônica (NF-e)	250
8.2.1. Estrutura, obrigatoriedade e penalidades	250

8.2.2. Pontos de atenção no leiaute da Nota fiscal eletrônica (NF-e).....	253
8.3. Escrituração Fiscal Digital (EFD ICMS/IPI).....	257
8.3.1. Estrutura, obrigatoriedade e penalidades.....	257
8.3.2. Pontos de atenção no leiaute da Escrituração Fiscal Digital (EFD ICMS/IPI).....	259
8.4. Escrituração Fiscal Digital (EFD Contribuições).....	264
8.4.1. Estrutura, obrigatoriedade e penalidades.....	264
8.4.2. Pontos de atenção no leiaute da Escrituração Fiscal Digital (EFD Contribuições).....	265
8.5. Escrituração Contábil Digital (ECD).....	271
8.5.1. Estrutura, obrigatoriedade e penalidades.....	271
8.5.2. Pontos de atenção no leiaute da Escrituração Contábil Digital – ECD.....	273
8.6. Escrituração Contábil Fiscal (ECF).....	276
8.6.1. Estrutura, obrigatoriedade e penalidades.....	276
8.6.2. Pontos de atenção no leiaute da Escrituração Contábil Fiscal – ECF.....	278
8.7. Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf).....	284
8.7.1. Estrutura, obrigatoriedade e penalidades.....	284
8.7.2. Pontos de atenção no leiaute da EFD-Reinf.....	285
8.8. Fiscalização e cruzamento de informações no SPED.....	288
Capítulo IX – Infrações e sanções nos deveres instrumentais tributários.....	297
9.1. A natureza e as funções das sanções no direito tributário.....	297
9.2. O controle da sanção pelo descumprimento de deveres instrumentais: a lesão ao “interesse da arrecadação ou da fiscalização” como pressuposto da sanção tributária.....	303
9.3. Limites à sanção pelo descumprimento de deveres instrumentais tributários.....	310
9.3.1. Limites materiais.....	310
9.3.2. Limites quantitativos.....	314

9.4. A denúncia espontânea nos deveres instrumentais	320
9.4.1. Traços típicos da denúncia espontânea	320
9.4.2. Aplicação da denúncia espontânea ao descumprimento dos deveres instrumentais	323
9.4.3. O posicionamento do STJ e a busca de coerência na aplicação do direito	329
9.5. Para além da sanção: o descumprimento de deveres instrumentais e seus impactos na relação jurídica tributária	332
9.5.1. Impacto do descumprimento de deveres instrumentais na exigência do tributo	332
9.5.2. Impacto do descumprimento de deveres instrumentais nas isenções tributárias	339
9.6. Sanções tributárias na era do SPED	345
9.6.1. Penalidade por remissão: a indicação de multas por atos in- fralegais no SPED	345
9.6.2. Penalidade por conveniência: volatilidade das multas no âm- bito do SPED	349
Capítulo X – Os impactos da reforma tributária da Emenda Constitucional nº 132/23 nos deveres instrumentais	353
10.1. A reforma tributária da EC nº 132/23 e os deveres instrumentais: um novo regime?	353
10.2. Reflexos da reforma tributária na escrituração de livros e emissão de documentos fiscais	354
10.3. Reflexos da reforma tributária para a fiscalização	359
Bibliografia	369
Índice Alfabético-Remissivo	387